

Território: constituinte de um povo

Discurso de-sobre professores e estudantes indígenas em Santa Catarina: um percurso de pesquisa

Discourse of - about teachers and indigenous students in Santa Catarina: a research route

Marieli Zanotto
Laura Hanauer
Angela Derlise Stübe

Resumo: Neste artigo, apresentamos um gesto de leitura de pesquisas integrantes do projeto guarda-chuva *Ser-estar-entre-línguas-culturas: língua, identidade e formação de professores*, objetivando interpretar regularidades discursivas e imaginários em diferentes materialidades discursivas mobilizadas nos subprojetos. Retomamos os estudos e analisamos, por meio de paráfrase discursiva, a repetição e a estabilização de sentidos, dentre as quais destacamos o silenciamento do sujeito indígena. Com este estudo, pretendemos contribuir com gestos de interpretação - que são também modos de intervenção - de *corpora* que considerem as vozes e as múltiplas formas de existência do sujeito indígena

Palavras-chave: Indígena; Discurso sobre; Discurso de; Imaginário; Silenciamento.

Abstract: In this article, we present a gesture of reading research that is part of the umbrella project Being-between-languages-cultures: language, identity and teacher training, aiming to interpret discursive and imaginary regularities in different discursive materialities mobilized in the subprojects. We retake the studies and analyze, through discursive paraphrase, the repetition and stabilization of senses, among which we highlight the silencing of the indigenous subject. With this study, we intend to contribute with gestures of interpretation - which are also modes of intervention - of corpora that consider the voices and the multiple forms of existence of the indigenous subject.

Keywords: Indigenous; Discourse about; Discourse of; Imaginary; Silencing.

Introdução

Temas de estudo que envolvam povos originários na região sul têm sido foco de investigação, problematização e ensino na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) desde a sua criação, em 2010, como, por exemplo, na disciplina do Domínio Comum História da Fronteira Sul. No espaço da Graduação e da Pós-graduação, o Fronteiras: Laboratório de Estudos do Discurso, do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Estudos Linguísticos e do Curso de Letras, abriga projetos de pesquisa que se dedicam à análise e ao estudo de representações de e sobre sujeitos indígenas e suas línguas. O projeto de pesquisa *Ser-estar-entre-línguas-culturas: língua, identidade e formação de professores* (2018 - em

andamento), que desenvolvemos atualmente, desdobra-se em subprojetos, que resultam em dissertações, trabalhos de conclusão de curso, publicações de artigos, capítulos de livros e apresentações em eventos.

As pesquisas vinculadas ao projeto – já concluídas – analisaram diferentes materialidades discursivas. O foco desses estudos consistiu em interpretar representações de e sobre língua(s) de alunos e de professores em diferentes níveis de ensino, na região de abrangência da UFFS, campus de Chapecó/SC, para, então, discutir consequências ao ensino-aprendizagem e à formação de professores. Buscando analisar tais representações, já fizeram parte dos arquivos das pesquisas documentos locais, estaduais e nacionais que produzem políticas linguísticas; discursos da mídia; instrumentos linguísticos e redações de sujeitos indígenas.

As pesquisas realizadas no projeto guarda-chuva apresentam importantes contribuições teóricas e analíticas, pois objetivam a análise de sentidos, representações e imaginários sobre os sujeitos e as línguas, o que, por sua vez, é importante para compreender a constituição de discursos. Além disso, possibilitam interpretar como representações e imaginários afetam a constituição linguística e identitária de sujeitos indígenas inscritos no espaço entre-línguas-culturas e como o contato entre grupos multiculturais produz marcas na constituição identitária desses sujeitos. Isso tem consequências para o processo de ensino e de aprendizagem de língua(s) e de formação de professores.

Diante do exposto, temos por objetivo, neste texto, (re)visitar os resultados das pesquisas que integraram o projeto *Ser-estar-entre-línguas-culturas: língua, identidade e formação de professores* publicados até o presente momento, buscando interpretar regularidades de representações e de imaginários nas diferentes materialidades discursivas analisadas. Nas pesquisas, analisamos diferentes materialidades, sob a perspectiva teórico-metodológica da Análise de Discurso francesa (doravante AD), de filiação pecheutiana, tomando a linguagem como não transparente (Orlandi, 2010) e em sua relação com a história, a sociedade e a ideologia (Mariani, 1996). Os estudos nos possibilitaram compreender o funcionamento do discurso e o modo como os discursos constituem representações sobre os sujeitos e sobre suas línguas, ou seja, compreender, por meio da materialidade linguística, os modos de determinação histórica dos processos de produção de sentidos a partir das relações que a linguagem estabelece com a exterioridade.

Sobre o percurso

No projeto “Ser-estar-entre-línguas: língua, identidade e formação de professores” articulamos projetos de pesquisa interinstitucionais, pesquisas de iniciação científica, de mestrado e de doutorado. Temos como objetivo geral analisar representações de língua(s) que emergem em *corpora* vinculados (direta ou indiretamente) a diferentes níveis de ensino na região de abrangência da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus de Chapecó/SC para, então, discutir consequências ao ensino-aprendizagem e à formação de professores.

Nosso foco consiste em analisar traços de identificação que permitam compreender como os sujeitos se constituem na e pela linguagem, dado o constante ser-estar entre línguas-culturas, relação com o outro, ou seja, com os diversos grupos de identitários que habitam o espaço escolar. Como delimitação da população-alvo, estabelecemos como recorte, trabalhar com grupos considerados minoritários e que,

marcadamente, apresentam uma relação entre-línguas-culturas, tais como: imigrantes e seus descendentes, refugiados, indígenas. Metodologicamente, cada uma das etapas e públicos-alvo deste projeto, pode ser desenvolvido por projetos integrados específicos.

Na coleta dos *corpora*, trabalhamos com duas naturezas de arquivos: 1) discurso sobre a(s) língua(s) e sobre o sujeito, coletados por meio de levantamento documental sobre políticas linguísticas instituídas; documentos que regem a educação no país, tais como Diretrizes Curriculares Nacionais-DCN, Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN, Proposta Curricular de Santa Catarina - PCSC, projetos pedagógicos; textos veiculados por diferentes mídias, tais como jornais (impressos e televisivos), mídias virtuais. O objetivo dessa coleta de documentos de arquivo - do discurso sobre - é compreender como produzem efeitos no imaginário sobre as línguas e sobre os sujeitos; 2) discurso do sujeito sobre a(s) língua(s), coletados por meio de questionário semi-estruturado; de entrevista oral, gravada em áudio; de textos diversos gêneros produzidos pelos participantes da pesquisa.

Neste artigo, mobilizamos oito desses subprojetos, que foram desenvolvidos entre 2017 e 2024. Destes, seis analisam diferentes *corpora* que tomam o **discurso sobre** o sujeito indígena como objeto de análise. Outros dois, analisam o **discurso de** sujeitos indígenas sobre a sua relação com as línguas de seu povo e com a língua portuguesa, analisando narrativas de indígenas produzidas em redações do PIN - Programa de Ingresso e Permanência dos Povos Indígenas, da UFFS.

Os “discursos sobre” produzem memória e inscrevem os enunciados em redes de filiação de sentidos, portanto possuem papel crucial na institucionalização dos sentidos. Atuam dessa forma, pois produzem efeito de linearidade e homogeneidade da memória, uma vez que eles organizam, disciplinam a memória e a reduzem (Orlandi, 1990; Mariani, 1996). Além disso, segundo Venturini (2009), podem ser considerados discursos doutrinários, pois impõem uma realidade aos sujeitos, são discursos intermediários, situam-se entre um discurso de (discurso origem) e o interlocutor, desse modo acabam representando lugares de autoridade em que se efetua algum tipo de transmissão de conhecimento.

Entendemos o “discurso de” como as narrativas produzidas pelo sujeito, coletadas por diferentes *corpora*. Por meio da narrativa de sua história, possibilitamos que os sujeitos encontrem espaço para se dizer, o que permite um “outro sentido sobre o vivido e um passo a mais em direção a um certo saber sobre si” (Eckert-Hoff, 2004, p. 177). A reflexão sobre o discurso dos alunos e dos professores a respeito da noção de língua(s) nos possibilita abordar as narrativas dos sujeitos implicados no espaço pedagógico, considerando a subjetividade nelas presente. Portanto, permite-nos promover um deslocamento na discussão acerca dos processos que envolvem constituição linguística e constituição identitária, concebendo o discurso do enunciador “como espaço do devir” (Coracini, 2003, p.14), do vir-a-ser, do resignificar-se.

Neste texto, fazemos um jogo com a grafia discurso “de-sobre”, pois compreendemos que o hífen funciona como traço de união: em vez de sobrepor os aspectos, junta-os, funde-os; une e separa ao mesmo tempo. Os discursos “de-sobre” são, portanto, “um e outro” simultaneamente. O hífen tem, portanto, papel simbólico que, além de ligar duas palavras ou ideias, atua como elemento que conecta e funde diferentes perspectivas, criando um espaço em que ambas coexistem, sem que sejam completamente absorvidas uma pela outra. Para Derrida (2001, p. 24), “o silêncio deste traço de união não pacifica nem

acalma nada, nenhum tormento, nenhuma tortura. Nunca fará calar sua memória”. Essa junção provoca uma tensão contínua, uma presença que resiste ao esquecimento ou à estabilidade, ou seja, esse “traço de união” impede o apagamento ou a simplificação das complexidades envolvidas em cada um dos aspectos.

No texto, revisitamos essas pesquisas que trabalham o discurso de-sobre o sujeito indígena para compreender regularidades e interpretar como essas discursividades se afetam e se transformam.

Apresentamos abaixo um quadro com informações das pesquisas aqui mobilizadas:

Título da pesquisa	Autor	Vínculo	Ano	Corpus
Discurso sobre				
Redes de memória e desliza-mentos de sentidos	Marisa Zam-boni Pierezan	Dissertação	2017	Parecer CNE/CEB nº 14, de 19 de setembro de 1999 e pela Resolução CEB nº 3, de 10 de novembro de 1999
Ser-estar-entre-línguas-culturas: políticas linguísticas e educação de estudantes indígenas em Chapecó/SC	Gabriele de Aguiar	Iniciação científica	2017	Constituição de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 e a Proposta Curricular de Santa Catarina (PCSC) de 2014
Sentidos sobre indígenas em livro didático de língua portuguesa	Estela Aparecida Damião	Trabalho de Conclusão de Curso	2017	Livros didáticos
Ser-estar-entre-línguas-culturas: políticas linguísticas e educação de estudantes indígenas em Chapecó/SC	Gabriele de Aguiar	Iniciação científica	2017	Constituição de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 e a Proposta Curricular de Santa Catarina (PCSC) de 2014
Sujeito, língua, mídia: discursos sobre o indígena e formação de professores	Marieli Zanon	Iniciação científica	2019	Jornais
Sentidos sobre o indígena: produção de sentidos em dicionários de língua portuguesa	Marieli Zanon	Trabalho de Conclusão de Curso	2021	Dicionários online
Dicionários online e sentidos em circulação sobre o sujeito indígena	Marieli Zanon	Dissertação	2022	Dicionários online
Discurso de				

Índio já sofre por ser índio: língua e identidade em redações de indígenas	Gabriele de Aguiar	Trabalho de Conclusão de Curso	2017	Redações PIN
Representações de língua(s) no espaço entre-línguas-culturas: marcas discursivas em narrativas de indígenas	Gabriele de Aguiar	Dissertação	2020	Redações PIN

Duas pesquisas se dedicaram à análise de redações de sujeitos indígenas participantes do Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN), da UFFS, inscrevendo-se no que denominamos discurso do sujeito. Outras seis, analisaram discursos sobre o sujeito em documentos oficiais, como a Constituição Federal de 1988; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996; a Proposta Curricular de Santa Catarina (PCSC) de 2014; o Parecer CNE/CEB nº 14, de 19 de setembro de 1999 e a Resolução CEB nº 3, de 10 de novembro de 1999, que tratam das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena. Uma pesquisa analisou livros didáticos de Língua Portuguesa do Ensino Médio, adotados por uma escola que tem um número significativo de alunos indígenas matriculados. Outra, analisou discursos sobre o indígena em textos veiculados por jornais de grande tiragem na região de Chapecó/SC. A pesquisa mais recente, estudou sentidos sobre o verbete ‘indígena’ em dicionários online de Língua Portuguesa.

A fim de atender aos objetivos deste artigo, faremos uma breve retomada das pesquisas e trabalhos que constituíram o projeto *Ser-estar-entre-línguas-culturas: língua, identidade e formação de professores*, mobilizando imaginários, sentidos e representações interpretados em cada uma das materialidades analisadas. Nos tópicos seguintes, buscamos rastrear, no discurso de-sobre o indígena, o jogo da heterogeneidade por detrás da aparente homogeneidade que escapa no dizer, em função da porosidade da língua.

3. Discurso sobre

Os ‘discursos sobre’ são formas de institucionalizar sentidos, de organizar diferentes vozes. A exemplo de Mariani (2004), na leitura dos documentos que compõem o discurso sobre o indígena, os textos “foram lidos não como documentos históricos que conteriam fatos ou verdades históricas, mas sim como práticas discursivas que foram constituídas pelos domínios de pensamento da época e que, ao mesmo tempo, contribuíram para a formação e a transformação destes mesmos domínios de pensamento” (p.68). Estudar o funcionamento dos ‘discursos sobre’ e discutir se eles produzem ou não efeitos nos dizeres do enunciador é um dos nossos objetivos neste tópico.

Para isso, valemo-nos, na constituição do corpus, de diferentes materialidades, como documentos oficiais, mídia e dicionários.

3.1 Sobre os indígenas e suas línguas nos documentos oficiais

Partimos da concepção de que o **discurso oficial** se refere aos discursos que são institucionalizados e legitimados por estruturas de poder, como o Estado, a mídia e outras instituições sociais. Esses discursos têm a capacidade de definir e reproduzir normas, valores e conhecimentos que são aceitos como verdadeiros e universais. Esses discursos não são neutros, mas estão sempre alinhados com interesses de poder e são instrumentos de controle social. No discurso oficial, a ideologia se materializada e é disseminada.

O projeto contou com duas pesquisas que se dedicaram à análise de documentos oficiais. A dissertação de mestrado intitulada *Imaginário na constituição do discurso: sentidos produzidos sobre o sujeito indígena em documentos oficiais*, analisou o Parecer CNE/CEB nº 14, de 19 de setembro de 1999 e a Resolução CEB nº 3, de 10 de novembro de 1999, que tratam das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena, visando compreender efeitos de sentidos produzidos sobre o sujeito indígena em documentos oficiais, para, assim, interpretar e discutir que imaginário sobre o sujeito indígena é produzido em documentos oficiais e como ele impacta as políticas públicas voltadas para a educação indígena.

Já o projeto de iniciação científica, intitulado *Ser-estar-entre-línguas-culturas: políticas linguísticas e educação de estudantes indígenas em Chapecó/SC*, trabalhou com a Constituição de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 e a Proposta Curricular de Santa Catarina (PCSC) de 2014, com o objetivo de analisar representações de língua(s) que emergem nesses documentos, que instauram políticas linguísticas relativas às línguas indígenas em escolas públicas da região de abrangência da UFFS-Chapecó/SC para, então, discutir consequências ao ensino.

No que diz respeito ao Parecer CNE/CEB nº 14/1999 e a Resolução CEB nº 3/1999, Pierezan e Stübe (2022, p. 112) afirmam que “o discurso oficial do Estado sobre o sujeito indígena, procura interpretar e organizar o discurso de, no intento (ilusório) de produzir um novo imaginário sobre o sujeito indígena oposto ao imaginário do passado”. Além disso, os documentos oficiais são considerados discursos de autoridade, portanto assumem uma posição-sujeito de porta-voz da verdade, assim “o discurso oficial visa legitimar os efeitos de sentido do que é o sujeito indígena, mais do que isso, de como ele deve ser no atual contexto” (Pierezan; Stübe, 2022, p. 119-120).

Ao analisar o funcionamento discursivo desses documentos, observamos como regularidade que o discurso do Estado, na tentativa de atualizar a imagem do sujeito indígena com um discurso sobre ele, o faz se utilizando do discurso de (memória), com o propósito de produzir um imaginário atual e moderno de sujeito indígena, oposto ao do passado. No entanto, por meio da polissemia e da paráfrase, retoma já ditos e recupera traços do passado, produzindo sentidos e imaginários que remetem ao passado, ao estabilizar e cristalizar uma imagem colonialista do indígena (Pierezan; Stübe, 2022).

Identificamos, portanto, que no discurso oficial do Estado - Parecer CNE/CEB nº 14/1999 e Resolução CEB nº 3/1999 -, há um entrelaçamento entre passado e presente que acaba por construir um imaginário ficcional do presente. Com isso, por serem documentos que tratam das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena, a escola acaba silenciando a história do sujeito indígena ou a direciona apenas para o aspecto cultural e não histórico-político. Desse modo, mesmo visando um outro

imaginário sobre o sujeito indígena, os documentos oficiais produzem um retorno aos mesmos espaços do dizer, produzindo diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado (Orlandi, 2010).

No que tange a pesquisa sobre a Constituição de 1988, a LDB de 1996 e a PCSC de 2014, compreendemos que esses documentos produzem políticas linguísticas que afetam a relação dos alunos indígenas com as línguas com as quais eles convivem. Diante disso, a escola funciona como espaço de legitimação da língua nacional, provocando, assim, um processo de imbricamento entre a língua materna do indígena e a língua adicional (língua portuguesa), o que contribui para um rompimento com a língua materna. Esse imbricamento entre línguas produz efeitos na constituição linguística e identitária dos sujeitos indígenas, que sofrem um silenciamento da sua língua-materna, daí a importância das políticas linguísticas.

Como regularidade, observamos que a questão territorial se constitui num ponto central aliado ao silenciamento dos indígenas e suas línguas. Para Stübe e Aguiar (2019), com base nesses documentos, ser indígena é ter como referência primordial a relação com a terra. Já o silenciamento do indígena pode ser identificado pela presença do Estado na posição discursiva de dominador. Assim sendo, o indígena - silenciado e na posição de dominado - vê as línguas indígenas serem consideradas como atrasadas no processo de “civilização”, e a imposição da língua portuguesa no processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, Stübe e Aguiar (2019) destacam que, apesar dos documentos pretenderem garantir ao indígena o direito à manifestação cultural e o uso de sua(s) língua(s) materna(s), é a voz do branco que impera sobre a voz do indígena, é ele quem fala do e pelo indígena. Além disso, ao declarar que busca compor o processo civilizatório nacional, rotula o indígena como o não-civilizado e o não-indígena como civilizado.

3.2 Sobre o indígena nos livros didáticos

Dentro do projeto *Ser-estar-entre-línguas-culturas: narrativas de estudantes indígenas na educação básica em Chapecó*, foi produzido um trabalho de conclusão de curso intitulado *Sentidos sobre o indígena em livro didático de Língua Portuguesa*, defendido em 2017 e que resultou em um capítulo no livro *Análise do discurso e materiais de ensino*, publicado em 2020. Nele, procuramos analisar sentidos produzidos em três livros didáticos utilizados nos três anos do Ensino Médio, em uma escola estadual de Chapecó - SC que possui um número significativo de estudantes indígenas. Partimos da hipótese de que haveria um silenciamento do-sobre os indígenas nesse suporte.

Construímos um *corpus* que ajuda a interpretar como e de que formas os indígenas são significados nos livros didáticos analisados. Isso possibilitou que analisasse os silenciamentos que permeiam essas representações. Dessa maneira, a autora explica que a busca por sequências discursivas se deu primeiramente por termos e imagens vinculados aos povos indígenas. Contudo, só foram encontradas textualidades que remetem ao indígena em capítulos focados na literatura brasileira, o que possibilitou perceber como essa representação estava centrada no indígena como um sujeito do passado, que não faz parte do presente.

Essa regularidade em relação à representação dos indígenas ancorada na literatura, é criticada

pelas pesquisadoras, pois o discurso dominante no material analisado é o que provoca o sentido de que toda a diversidade étnica indígena é parte do passado, e não do presente (Damião; Stübe, 2020). Isso se dá porque, ao representar o indígena somente por meio da literatura, a tendência é que ele apareça ou como um selvagem, como parte do passado, ou como um ser idealizado, afastado da realidade. Não existem, portanto, ao longo dos livros didáticos analisados, representações sobre o indígena no presente, que permitam perceber como esses povos não existem isolados no tempo, presos ao século XVI, mas que eles permanecem existindo nos dias atuais. Para a autora, “ao não abordar o indígena como um personagem atual, há traços de uma política do silêncio” (Damião; Stübe, 2020, p. 42), sendo perceptível como nos livros analisados esse silenciamento se dá por meio da língua, da cultura e da própria existência desses sujeitos, ao se isentar de representar qualquer aspecto fora da literatura.

As dispersões são poucas, mas existem, como em um livro didático que traz um trecho de uma obra de Darcy Ribeiro, no qual o pesquisador discorre sobre os indígenas; há também um trecho de uma canção de Renato Russo, que aborda a cultura indígena. Essas duas textualidades proporcionam um deslocamento, ao abordar a aculturação dos povos indígenas e ao criticar a sua representação ao longo da história. Contudo, a presença desses textos também traz uma problemática, pois percebe-se que “Mesmo quando se traz o “indígena atual” ele não fala, é falado” (Damião; Stübe, 2020, p. 49), não havendo espaço para que os povos indígenas existam nesses livros didáticos, sem ser por meio da voz e do imaginário do outro.

Damião e Stübe (2020) concluem que, apesar desses deslocamentos citados acima existirem nas obras, os quais criticam a representação que se faz sobre os povos indígenas, a regularidade nos livros didáticos é silenciar esse sujeito na atualidade. Nesse sentido, existe a predominância de sentidos que levam ao apagamento desses sujeitos nesses livros, o que é preocupante, pois como eles são materiais que possuem uma presença marcante no cotidiano escolar, sendo inclusive a porta de entrada dos estudantes em relação a vários assuntos, esse silenciamento sobre os povos indígenas acaba se tornando perigoso e danoso, ao construir imaginários para os alunos que, se não forem contestados, permanecerão como verdades.

3.3 Sobre o indígena na mídia

No projeto de iniciação científica *Sujeito, língua e mídia: discursos sobre o indígena e formação de professores* tivemos por objetivo analisar representações sobre sujeitos indígenas que emergem em textos veiculados por jornais na região de Chapecó/SC para, então, identificar e compreender como se constituem imaginários (re)produzidos sobre esses sujeitos. Tomando o discurso do jornal como “discurso sobre” (Orlandi, 2008), como formas de institucionalizar sentidos, a pesquisa analisou textos veiculados pelo Jornal Diário do Iguaçu, durante o período de 10 de outubro de 2016 a 18 de agosto de 2019. Em Zanotto e Stübe (2022), compreendemos que o discurso da mídia, legitimado por sua pretensa imparcialidade, pode contribuir na institucionalização de sentidos.

Dentre as regularidades, observamos o silenciamento do sujeito indígena devido à pequena quantidade de textos que falam do/sobre o sujeito indígena e à quase ausência de discursos que partem

dele próprio; a tentativa, por parte dos indígenas, de desconstrução de certos imaginários criados sobre ele; e a delimitação do espaço geográfico dos indígenas às aldeias. Conforme Zanotto e Stübe (2022), apesar de envoltos por um imaginário pautado na objetividade e neutralidade, os discursos do jornal, como todo discurso, são afetados pela ideologia e pela história, mobilizando memória discursiva que produz efeitos de sentido na atualidade. Nas análises, concluímos que os discursos do jornal sobre o sujeito indígena contribuem para a (re)produção de imaginários sobre os povos indígenas como sujeitos que se vitimizam, excluídos da sociedade, estereotipados e que não têm voz.

Com isso, o jornal, ao institucionalizar tais sentidos, silencia outros sentidos possíveis, promovendo, assim, a interdição de alguns sentidos enquanto prioriza e estabiliza outros, que correspondem aos interesses de uma sociedade colonialista. Dessa forma, esse discurso impossibilita sentidos e, até mesmo, impossibilita que certos imaginários e preconceitos sobre esses sujeitos sejam desconstruídos (Zanotto; Stübe, 2022).

3.4 Sobre o indígena nos dicionários online

No trabalho de conclusão de curso *Imaginário sobre o indígena: produção de sentidos em dicionários de língua portuguesa*, tivemos por objetivo analisar sentidos mobilizados sobre o verbete “indígena”, a partir das definições oferecidas em dicionários online de língua portuguesa. De acordo com Zanotto e Stübe (2022), há em torno do dicionário um imaginário de um local de acúmulo de saberes e de certeza, portanto, é naturalizado que os discursos em circulação estejam sustentados em definições propostas pelos dicionários, contribuindo com a estabilização de certos sentidos. Os dicionários são tomados como os “discursos sobre”, pois entendemos que eles produzem memória e inscrevem as enunciações em redes de filiação de sentidos, possuindo um papel crucial na institucionalização dos sentidos (Orlandi, 2008).

As definições para o verbete indígena apontaram as regularidades do indígena como um sujeito do passado, o silenciamento do indígena brasileiro e o indígena como aquele que habita/vive no local de nascimento. Mazière (2007) salienta que os dicionários estão presentes nos discursos sociais, culturais e políticos de uma época ou de um ambiente, em sincronia com eles, aceitando-se que ele diz o verdadeiro sentido das palavras. Com isso, revelam-se como um material interessante para observar os modos de dizer de uma sociedade e os discursos em circulação (Nunes, 2006). Como resultados, observamos que os dicionários online produzem um constante silenciamento do sujeito indígena e, ao silenciá-los, limitam possibilidades de significação.

Sendo assim, em Zanotto e Stübe (2022), afirmamos que os dicionários estabilizam sentidos correspondentes aos interesses de uma sociedade colonialista, impossibilitando imaginários que se deseja evitar ou, até mesmo, evitando que certos imaginários sejam desconstruídos. Assim, entendemos que os imaginários que sustentam os discursos em circulação estão alicerçados sob uma retórica colonialista e retrógrada, visto que os dicionários remetem a um sujeito não pertencente à atualidade, nem aos espaços urbanos, de modo que a sua cultura é vista como essencialista, imutável e associada ao passado, (re) produzindo imaginários idealizados sobre o indígena (Zanotto; Stübe, 2022).

4. Sobre os indígenas e suas línguas nas redações do PIN

O projeto também contou com duas pesquisas que analisam sentidos mobilizados de-sobre o ser-indígena no ensino superior, em redações de sujeitos indígenas participantes do Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN), da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), resultando em um trabalho de conclusão de curso e em uma dissertação de mestrado. Compreendemos essas redações como possibilidades de escritas de si, pois ao dizer, o sujeito se diz, construindo identificações para si e para o outro, o que pode indiciar aspectos pertinentes à relação entre-línguas-culturas desses sujeitos. De acordo com Stübe e Aguiar (2019, p. 111), “essas redações configuram um espaço para o sujeito indígena falar de si, da sua constituição linguística e, a partir disso, é possível interpretar identificações deste”.

Identificamos como regularidades o conflito de estar entre-línguas-culturas e, principalmente, a contra-identificação do indígena com a imagem do “índio” idealizado e o silenciamento desse sujeito por parte das instituições de ensino. Para inserir-se no espaço considerado historicamente como do outro, o indígena é afetado pela língua-cultura desse outro, produzindo um conflito entre-línguas-culturas, pois precisa calar sua língua materna para, então, conseguir transitar nesse espaço naturalizado como sendo do não-indígena.

É possível perceber esse conflito quando o próprio processo seletivo exige que a redação seja escrita em língua portuguesa, ao mesmo tempo em que exige que o candidato declare ser indígena (Stübe; Aguiar, 2019). Com isso, os resultados apontam, para além do silenciamento da língua indígena e consequentemente do sujeito, para uma ruptura em relação à língua materna do indígena e um conflito em estar entre-línguas-culturas.

Nas redações analisadas, é recorrente o sentido de que há necessidade de falar a língua portuguesa por ser uma língua útil o indígena para ocupar espaços e servir de porta de entrada para espaços de resistência, como a universidade, e de sobrevivência, como o mercado de trabalho. Já a língua indígena é representada como fundamental para a constituição identitária do indígena. No contato entre essas línguas, destacam que “a língua portuguesa, proveniente do contato com o não indígena, estaria prejudicando a manutenção da língua indígena” (Aguiar; Stübe, 2022, p. 202).

Por meio das análises, conseguimos identificar marcas que a língua portuguesa e a língua indígena constituem os sujeitos de modo tão intrínseco que não é possível afirmar que uma língua “prevalece” sobre a outra, mas sim que é uma língua e outra: “[...] uma vez barrado o acesso à língua e a escrita de um determinado outro [...] assim como à cultura que dela é inseparável, a inscrição deste limite não podia deixar de não deixar rastros.” (Derrida, 2001, p. 57).

Considerações finais

A partir da revisão dos trabalhos que fizeram parte do projeto *Ser-estar-entre-línguas-culturas: língua, identidade e formação de professores*, até o momento, percebemos a recorrência de algumas regularidades, mesmo em diferentes materialidades discursivas.

Dentre os resultados, destacamos o silenciamento, que se dá de diferentes formas. O discurso

sobre silencia o próprio sujeito indígena, que é falado pelo outros, silenciam-se línguas e culturas indígenas, silencia-se esse sujeito na atualidade, remetendo-o sempre ao passado, ao retomar traços que correspondem a uma idealização e a uma romantização do indígena. Além disso, também silencia a sua possibilidade de ocupar qualquer espaço que não o da aldeia.

Com isso, ocorrem imposições de várias ordens do não-indígena sobre o indígena: impõe-se a língua que se deve utilizar, os hábitos e costumes que se deve ter, em quais crenças se deve acreditar, os espaços que se deve ocupar e como deve ser a sua educação. Com isso, é o outro, o não-indígena, é quem designa como deve ser o indígena e quem é indígena, (re)produzindo, assim, um estereótipo desse sujeito. De forma que, aquele que não se encaixa nessas imposições, não é indígena ou deixa de sê-lo.

Desse modo, os “discursos sobre” o sujeito indígena, nas diferentes materialidades assumidas, sustentam uma idealização e produzem um apagamento do indígena da e na atualidade. Os discursos analisados, portanto, por meio da paráfrase discursiva, repetem sentidos, possibilitando estabilização, ou seja, há sempre algo que se mantém, há um retorno aos mesmos espaços do dizer e, com isso, a produção de diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado (Orlandi, 2010).

Já o discurso do sujeito indígena busca provocar fissuras nessas representações, desconstruindo o imaginário de sujeito indígena idealizado. Resiste na sua língua (basta caminharmos pelo campus da UFFS-Chapécó e ouvir os povos Kaingang, Ticuna, Kambeba falando em suas línguas) e na língua do outro (que se faz sua!), do espaço do outro (universidade, que se faz seu!), dizendo e dizendo-se. Nas redações do PIN, o sujeito indígena, fez uma leitura do seu cotidiano, do que é ser indígena e criou uma escrita de si para se ressignificar.

Os projetos tratados neste artigo, bem como as pesquisas que fizeram parte dele, são de grande pertinência no que diz respeito aos resultados percebidos, possibilitando compreender os discursos em circulação e interpretar em que funcionamento eles se sustentam. Também possibilita compreender a estabilização e institucionalização de sentidos, visto que as materialidades analisadas podem ser consideradas discursos que ocupam um lugar de autoridade, servindo de sustentação para outros discursos, que, conseqüentemente, acabam por (re)produzir sentidos. Estas pesquisas também são relevantes para identificar imaginários em circulação sobre o indígena, e para o desenvolvimento de uma educação, de políticas públicas e de ações afirmativas que possibilitem a desconstrução de determinados sentidos e imaginários.

Além disso, podem ser relevantes para indicar possíveis caminhos para estudos futuros, como a pesquisa de iniciação científica em andamento, *Narrativas de professores indígenas: língua e identidade*, que visa ouvir, por meio de entrevistas, professores e estudantes de licenciatura indígenas, no que concerne ao ensino de língua portuguesa e de línguas indígenas para os povos indígenas. A pesquisa, ao contrário dos vários estudos realizados neste projeto guarda-chuva, que constituíram os seus arquivos e *corpus* nos discursos sobre, tem como objetivo analisar os discursos dos indígenas, vinculado às suas próprias experiências em relação a sua formação e atuação enquanto professores indígenas que trabalham com estudantes indígenas.

Com o objetivo de ampliar pesquisas como estas e, assim, contribuir com questões relacionadas às políticas públicas, políticas de ações afirmativas, educação indígena e educação antirracista, o

subprojeto *Ser-estar-entre-línguas-culturas: língua, identidade e formação de professores* insere-se no projeto interinstitucional *Nós: falas pretas e indígenas em escuta discursiva*¹, que propõe a composição de um arquivo de narrativas produzidas por/sobre sujeitos negros e indígenas nos espaços escolar e acadêmico, como gesto de inscrição e visibilização, a partir da escuta discursiva (Modesto, 2021). Com isso, pretendemos ressignificar sentidos sobre sujeitos indígenas em busca de uma educação multicultural, que ouça diferentes vozes e as suas múltiplas possibilidades de existência.

Referências

- AGUIAR, G.; STÜBE, A. D. Entre-línguas-culturas: língua portuguesa ∞ língua indígena. **PERcursos Linguísticos**, Vitória, v. 12, n. 31, 2022, p. 203-222.
- CORACINI, M. J. Introdução. In: CORACINI, M. J. (Org.). **O desejo da teoria e a contingência da prática: discursos sobre e na sala de aula** (língua materna e língua estrangeira). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003, p. 11-20.
- DAMIÃO, E. A. **Sentidos sobre o indígena em livro didático de Língua Portuguesa**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras - Português e Espanhol): Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2017.
- DAMIÃO, E. A.; STÜBE, A. D. Sentidos sobre o indígena em livro didático de Língua Portuguesa. In: TFOUNI, F. E. V.; BERNARDO-SANTOS, J. **Análise do Discurso e materiais de ensino**. Aracajú: Criação Editora, 2020. p. 31 - 50.
- DERRIDA, J. (1996). **O monoligüismo do outro: Ou a prótese de origem**. Porto, Portugal: Campo das Letras, 2001.
- ECKERT-HOFF, B. M. **O falar de si como (des)construção de identidades e subjetividades no processo de formação do sujeito-professor**. Tese (Doutorado Instituto de Estudos da Linguagem), UNICAMP, Campinas/SP, 2004.
- MARIANI, B. S. C. **O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)**. Tese (Doutorado Instituto de Estudos da Linguagem), UNICAMP, Campinas/SP, 1996.
- MARIANI, B. **Colonização lingüística**. Campinas: Pontes, 2004.
- MAZIÈRE, F. **A análise do discurso: História e práticas**. São Paulo: Parábola, 2007.
- MODESTO, R. Os discursos racializados. **Revista da Abralín**. v. 2, n. 20, 2021, p. 01-19.
- NUNES, J. H. **Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX**. Campinas: Pontes Editores, 2006.
- ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. 6. ed. Campinas: Pontes Editores, 2010.
- ORLANDI, E. P. **Terra à vista – discurso do confronto: velho e novo mundo**. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

¹ Projeto interinstitucional, coordenado pela profa. Dra. Gesualda de Lourdes dos Santos Rasia (UFPr), financiado pelo Edital CNPq/MCTI/FNDCT Nº 18/2021

ORLANDI, E. P. **Terra à vista - discurso de confronto**: velho e novo mundo. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

PIEREZAN, M. Z; STÜBE, A. D. Imaginário e política linguística: sentidos sobre o indígena em documentos oficiais. **Work. Pap. Linguíst.**, 23(2), Florianópolis, 2022, p. 104-124.

STÜBE, A. D.; AGUIAR, G. “Índio já sofre por ser índio”: língua e identidade em redações de indígenas. **Muitas Vozes**, [S. l.], v. 7, n. 1, 2019, p. 99–124.

VENTURINI, M. C. Rememoração/Comemoração no Discurso Urbano. **RUA** [online], 2009, n. 15, vol. 1. Disponível em < <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/pages/home/capaArtigo.rua?id=71>>. Acesso em: 15 fev. 2024.

ZANOTTO, M; STÜBE, A. D. Imaginário sobre o indígena: produção de sentidos em dicionários de língua portuguesa. **Interfaces**, v. 13, n. 3, 2022, p. 104-118.

Recebido em: 06 de junho de 2024
Aprovado: 06 de novembro de 2024